



As novas estratégias hegemônicas dos Estados Unidos na América Latina: uma análise sobre “US International Development Finance Corporation” (DFC)

The new hegemonic strategies of the United States in Latin America: an analysis of the US International Development Finance Corporation (DFC)

Las nuevas estrategias hegemónicas de Estados Unidos en América Latina: un análisis de “US International Development Finance Corporation” (DFC)

Ana Rachel Fortes¹

João Estevam dos Santos Santos²

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2022v19n4pX-X

Recebido em: 12 de julho de 2022
Aprovado em: 23 de setembro de 2023

RESUMO

Desde o início do século XXI, devido às transformações do sistema mundial capitalista, nota-se que a América Latina se encontra entrelaçada diante dos interesses de acumulação de poder e riqueza dos Estados Unidos (EUA) e da China. Em consequência dessas disputas sistêmicas na região, o objetivo deste trabalho é analisar a atuação do novo “US International Development Finance Corporation” (DFC, na sigla em inglês) ou “Corporação Internacional Financeira de Desenvolvimento dos EUA” (tradução nossa), na América Latina. Além disso, nesse artigo pretende-se realizar um levantamento sobre o seu desempenho, seus principais eixos de atuação e diretrizes estabelecidas. Ao longo do trabalho, é utilizado o conceito de hegemonia para nortear o entendimento das relações entre EUA e América Latina, bem como para compreender o sentido do emprego do DFC na política norte-americana para a região.

Palavras-chave: DFC; Hegemonia; Estados Unidos; América Latina.

ABSTRACT

Since the beginning of the 21st century, due to the transformations of the capitalist world system, it is noted that Latin America is intertwined in the face of the interests of accumulation of power and wealth of the United States (USA) and China. As a result of these systemic disputes in the region, the objective of this work is to analyze the performance of the new “US International Development Finance Corporation” (DFC) in Latin America. In addition, this article intends to carry out a survey on its performance,

1 Doutoranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais pelo San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP). Pesquisadora do INCT/INEU e NERI/PUC-SP. E-mail: ars.fortes@unesp.br.

2 Professor de Relações Internacionais na Universidade Anhembi Morumbi. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais e pesquisador pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional e pelo INCT-INEU. E-mail: joaoestevam08@gmail.com

its main axes of action and established guidelines. Throughout the work, the concept of hegemony is used to guide the understanding of relations between the USA and Latin America, as well as to understand the meaning of the use of the DFC in North American policy for the region.

Keywords: DFC; Hegemony; United States; Latin America.

RESUMEN

Desde inicios del siglo XXI, debido a las transformaciones del sistema mundial capitalista, se ha observado que América Latina está entrelazada con los intereses de acumulación de poder y riqueza de Estados Unidos (EE.UU.) y China. A raíz de estas disputas sistémicas en la región, el objetivo de este trabajo es analizar el desempeño de la nueva “US International Development Finance Corporation” (DFC) o “US International Development Finance Corporation” (nuestra traducción) en América Latina. Además, este artículo pretende realizar un recorrido por su desempeño, sus principales áreas de actividad y lineamientos establecidos. A lo largo del trabajo, el concepto de hegemonía se utiliza para guiar la comprensión de las relaciones entre EE.UU. y América Latina, así como para comprender el significado del uso de la DFC en la política norteamericana hacia la región. Palabras clave: DFC; Hegemonía; Estados Unidos; América Latina.

INTRODUÇÃO

O aumento da influência chinesa a nível global, incluindo a América Latina, tanto por meio do crescimento do comércio quanto de investimentos, tem sido uma das principais preocupações das elites dirigentes dos EUA (Van Apeeldorn; De Graaf, 2018). Estas têm aumentado sua retórica anti-China buscando reverter esse quadro por meio da criação de programas de investimento bilaterais e multilaterais na região. Uma das atuais ações dos Estados Unidos, ocorreu durante o final de 2018, quando o congresso estadunidense, ainda sob a gestão do Governo de Donald Trump, aprovou a legislação chamada de *BUILD Act*, que autorizava a criação da nova instituição financeira “*US International Development Finance Corporation*” (DFC), cujo objetivo central é investir em países em desenvolvimento.

Em seu próprio ofício protocolar, o DFC é intitulado como um mecanismo para neutralizar a China, devido ao número crescente de países em desenvolvimento que tem como o governo chinês o seu principal

parceiro econômico e cooperativo. Apesar de ser um programa novo e pouco conhecido do Departamento de Estado dos EUA, esta instituição promete alavancar investimentos em infraestrutura e já possui aplicações em diversas partes do mundo, como na África e na Ásia. Embora neste artigo, o foco principal seja a região latino-americana, devido a suas relações estreitas com os Estados Unidos.

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é analisar a atuação desse novo banco na América Latina. A partir do estudo sobre o exercício hegemônico dos Estados Unidos na região, buscar-se-á realizar um levantamento sobre o desempenho do DFC, utilizando-se como metodologia a análise qualitativa de documentos e relatórios da instituição. Considera-se como hipótese que apesar do pouco tempo de funcionamento o banco tem colaborado para uma renovação das relações hegemônicas dos EUA com a América Latina, beneficiando principalmente as parcelas da classe capitalista transnacional norte-americana ligada ao capital financeiro internacional.

O presente artigo está dividido em quatro seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. Num primeiro momento, será discutido a relação hegemônica dos Estados Unidos na América Latina e suas frentes de inserção. Na segunda parte, serão expostas as diretrizes de financiamento do DFC, como também serão demonstrados seus investimentos na América Latina, frente às mudanças sistêmicas do capitalismo global.

NOVOS INSTRUMENTOS DE HEGEMONIA DOS EUA NA AMÉRICA LATINA

A partir das duas últimas décadas do século XX foram vistas algumas alterações nas dinâmicas do capitalismo global. Dentre elas, podem ser citadas: a transição do regime de acumulação fordista-keynesiano para o de capital flexível; a emergência de uma classe capitalista transnacional, ligadas a indivíduos e grupos da sociedade civil e do Estado em diferentes países e a adoção e consolidação do neoliberalismo como projeto político-econômico dessa classe capitalista transnacional (Arrighi, 2006; Robinson, 2005). Nesse sentido, o período pós-Guerra Fria foi marcado pela consolidação da hegemonia do capital transnacional, cujo poder político tem se condensado no aparato de Estado norte-americano para o exercício de seu poder (Robinson, 2005).

Por sua vez, essa hegemonia tem se estendido na América Latina, compreendida como a zona de influência dos EUA. Essa nova etapa das relações hegemônicas foi caracterizada pela predominância do projeto neoliberal entre as elites políticas e econômicas dos países latino-americanos, que assumiram o comando de seus aparelhos de Estado e de instituições da so-

cidade civil desde meados da década de 1980, alcançando pleno vigor nos anos 1990. Nesse sentido, as relações dos EUA com os países latino-americanos foram marcadas pelo apoio à abertura comercial, flexibilização dos fluxos de capitais financeiros, privatizações de empresas estatais, desregulamentação do mercado de trabalho, dentre outros aspectos (Chodor, 2015).

Segundo Biegon (2017), a hegemonia norte-americana na América Latina no pós-Guerra Fria é caracterizada pelo apoio a medidas nos países latino-americanos que facilitem a penetração e a segurança dos capitais transnacionais e nacionais norte-americanos. Por sua vez, essa hegemonia é expressa por meio quatro dimensões-chave: estrutural (econômica), política (instituições de representação política), militar (uso dos aparatos de segurança) e ideológica. Nesse sentido, apesar de a estrutura socioeconômica das relações darem as bases para as outras dimensões, estas são importantes na consolidação dessas relações de poder.

Assim, neste trabalho, entende-se que o DFC funcionaria como um mecanismo de promoção de relações hegemônicas de poder em suas dimensões econômicas e ideológicas - no caso da última, está relacionado à disseminação de um pensamento baseado tanto no desenvolvimento de setores privados da economia, quanto no privilégio à área financeira das economias latino-americanas. Portanto, o ponto fundamental é o entendimento de que essas relações hegemônicas implicam no emprego dos aparelhos de Estado para a consolidação do projeto neoliberal. Isso ocorre porque a hegemonia dos EUA na região latino-americana está ligada à criação de um arcabouço institucional que proteja e facilite a construção da sociedade de mercado (Dardot; Laval, 2016).

Nesse viés, é importante notar que as relações hegemônicas travadas entre EUA e os países da região têm seguido um padrão identificado por autores como Cox (1983) e Gill (1986). Segundo eles, a hegemonia exercida por determinados segmentos da classe capitalista - agora transnacionalizada - é estruturada por meio do uso de instituições internacionais. Essas instituições buscam gerar uma coesão no bloco de poder em questão, incentivando determinados comportamentos nos indivíduos e grupos sociais. Entretanto, é importante ter em mente que a hegemonia não se baseia na ação unilateral das classes dirigentes, tendo anuência e apoio das subordinadas. No caso da América Latina, esse apoio à hegemonia neoliberal dos EUA do período pós-Guerra Fria pode ser visto a partir da ascensão de grupo políticos e sociais que tomaram posições importantes no Estado e em aparelhos privados da sociedade civil para a promoção do projeto neoliberal, o que Avilés (2011) denominou “coalizões políticas neoliberais”. Pode-se então considerar essas elites latino-americanas como parte do processo de formação de uma hegemonia que tem como base a formação de uma economia política transnacional (Robinson, 2005).

Desse modo, a hegemonia norte-americana na região durante a recente etapa do capitalismo transnacional está ligada à criação de instituições e programas de auxílio econômico que contribuíssem para a abertura de mercados e fluxos de capitais estrangeiros. Em relação às primeiras, Robinson (1996) adverte que a promoção do neoliberalismo na fase transnacional da acumulação de capital tem sido facilitada por operações de intervenção política nos processos de democratização dos países periféricos, incluindo os da América Latina, como Chile e Haiti. Essas operações, ao seu turno, são executadas por

órgãos do Estado norte-americano, como a *United States Agency for International Development* (USAID, na sigla em inglês) e por instituições ligadas a suas elites políticas, como a *National Endowment for Democracy* (NED, na sigla em inglês). Por conseguinte, o DFC tem se tornado outro exemplo de importante instituição para a realização desse projeto político-econômico, facilitando a abertura de mercados e criação de acordos de livre comércio na região.

A partir de meados da década de 2000 e, especialmente, durante os anos 2010, a hegemonia dos EUA na região tem sido questionada pela crescente influência econômica e política que o governo chinês e seus capitais têm exercido entre os países latino-americanos. A aproximação chinesa em relação aos países da região tem se dado de duas formas principais: econômica e político-estratégica. Em relação à primeira, podem ser vistos três principais instrumentos: a intensificação das trocas comerciais, aumento do fluxo de investimentos diretos e a realização de empréstimos financeiros.

Em relação ao primeiro instrumento, a China já se configura como maior parceiro comercial da América do Sul e, além disso, o governo chinês assinou tratados de livre-comércio com Chile, Costa Rica e Peru (Koleski; Blivas, 2018). Já no que tange aos investimentos, entre 2009 e 2019, o volume total de capitais chineses invertidos na região passou de US\$ 2,5 bilhões para US\$ 12,8 bilhões, centrando-se nos setores de extração mineral, agronegócio e infraestrutura (AEI, 2021). Por outro lado, os bancos chineses têm se tornado os principais credores dos países latino-americanos, substituindo as instituições financeiras tradicionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - que têm sido utilizadas como mecanismos de

poder pela classe capitalista transnacional desde meados da década de 1980 para a implementação de seu projeto político (Wintgens, 2022).

Nesse contexto, desde meados da década de 2010, os diferentes governos norte-americanos têm se posicionado de modo contrário ao avanço chinês na região. Durante a administração de Barack H. Obama (2009-2017), apesar de algumas reações mais agressivas por parte de membros da elite política dos EUA contra a presença chinesa na região, o tom oficial do governo era mais moderado (León-Manríquez; Alvarez, 2014). Tal atitude foi rompida com a ascensão de Donald J. Trump à presidência norte-americana (2017-2021), quando documentos governamentais, tais como a Estratégia de Segurança do *U.S. SOUTHCOM* elevaram o discurso contra a presença chinesa na região - principalmente ante a crise venezuelana. Logo, a agência denominou a China (bem como a Rússia) como “atores malignos”, que buscavam desestabilizar a América Latina e solapar suas bases democráticas, inclusive apoiando Venezuela, Nicarágua e Cuba (EUA, 2019).

Além disso, durante o governo Obama e Trump, foram desenvolvidos novos mecanismos de transferência de recursos financeiros e de investimentos diretos para a região, provindos de capitais privados transnacionais, em sua maioria baseados nos EUA. No que se refere à primeira administração, foram criados os chamados *Country Development Cooperation Strategy* (CDCS, na sigla em inglês), implementados em diversos países do mundo, incluindo alguns da América Latina e Caribe e que auxiliavam os Estados no desenvolvimento de programas de desenvolvimento socioeconômico, geralmente em regiões marginalizadas ou que sofreram com violência sistemática.

Na administração de Donald J. Trump (2017-2021), a busca pela retomada da pre-

sença econômica norte-americana na América Latina foi intensificada por meio da criação de algumas instituições e programas destinados a aumentar os investimentos privados de empresas de capital nacional e transnacional sediadas no país na região. Desse modo, foi criado o América Cresce, uma iniciativa destinada a elevar o volume de inversões na área de infraestrutura (como energia, transportes e telecomunicações) nos países latino-americanos, contando com recursos privados angariados pela USAID e pelo DFC. Sendo assim, o DFC tem sido utilizado como mecanismo de manutenção e renovação da hegemonia norte-americana.

Portanto, a criação desse mecanismo faz parte de uma série de políticas destinadas a preservar a hegemonia dos EUA na região. Isso tem sido feito por meio da manutenção da influência econômica dos capitais estadunidenses, bem como pelo apoio à perpetuação do projeto neoliberal de poder, ao vincular suas práticas ao capital privado e às instituições financeiras. Desse modo, o que se tem visto é uma renovação dos meios operacionais dessas relações hegemônicas, porém mantendo-se seu conteúdo - ou seja, com foco na criação de uma ordem socioeconômica nos países da região que se permita a influxo de capitais transnacionais (inclusive, em contraposição à aproximação chinesa).

A CONSTRUÇÃO DO “US INTERNATIONAL DEVELOPMENT FINANCE CORPORATION” (DFC)

O *DFC*³ foi criado em 2018, mas suas operações iniciaram em outubro de 2019, no intuito de ser uma instituição financeira capaz de

3 Em outubro de 2018 foi aprovada a criação do banco pelo congresso estadunidense.

apoiar e financiar projetos do setor privado em países em desenvolvimento. A corporação foi delineada a partir da Lei *BUILD*, em que combina as capacidades da Corporação de Investimento Privado no Exterior (OPIC, na sigla em inglês)⁴ e da USAID, para financiar projetos do setor privado em países de baixa e média renda. Atualmente o DFC possui um montante de US\$ 60 bilhões, oferecendo empréstimos de médio e longo prazo que podem variar de três até vinte e cinco anos (DFC, 2020). Segundo o próprio site do banco, “o DFC torna os EUA um líder mais forte e competitivo no que se refere a pautas sobre desenvolvimento global” (DFC, 2020).

Ao contrário de outros bancos de desenvolvimento idealizados pelos Estados Unidos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o *EximBank*, o foco do DFC está em empréstimos para o setor privado, especialmente pequenas e médias empresas, adaptando-se às novas necessidades e demandas da economia contemporânea, a partir da incorporação de novos eixos e prioridades de financiamento (DFC, 2020). O banco busca investir em áreas relacionadas a energia, meio ambiente, saúde, educação, infraestrutura e tecnologia. Segundo o diretor do banco Adam Bohler, os investimentos do DFC cumprem altos padrões de financiamento e buscam respeitar o meio ambiente, os direitos humanos e os direitos trabalhistas. Conforme mencionado, os países de baixa e média renda são as prioridades do DFC, o que corresponde aproximadamente a 78 países com renda per capita abaixo de US\$ 3.996 (DFC, 2020).

⁴ Estabelecida como uma agência dos EUA em 1971, a OPIC operava de forma autossustentável, trabalhando com o setor privado, ajudou as empresas americanas a ganhar pontos de apoio nos mercados emergentes, catalisando receitas, empregos e oportunidades de crescimento nacional e no exterior.

Atualmente, o DFC possui projetos aprovados em países como Indonésia, El Salvador, Paquistão e projetos regionais no Sudeste Asiático e na África Subsaariana (DFC, 2020). Sobre as aprovações de empréstimos, este novo banco adotou os seguintes requisitos.

Quadro 1- Diretrizes para empréstimos da DFC

- 1) Os projetos devem envolver primordialmente (mas não necessariamente) entidades do setor privado de cidadãos ou entidades dos EUA;
- 2) Os financiamentos não devem competir ou suplantar outras fontes de empréstimos disponíveis do setor privado;
- 3) A DFC considera preferencialmente projetos em países de economias de mercado que garantam a propriedade privada, respeitem o Estado de direito e que possuam sistemas de combate à corrupção;
- 4) A DFC considera preferencialmente os países que cumprem (ou fazem progressos substanciais para cumprir) as obrigações comerciais internacionais;
- 5) A DFC limita o financiamento a uma única entidade em não mais que 5% do portfólio do banco;
- 6) A DFC não prestará apoio a um governo - ou a uma entidade que tenha ligação com o terrorismo internacional ou esteja envolvido em violações graves dos direitos humanos;
- 7) A DFC busca financiar projetos que contribuam para o empoderamento de mulheres - oportunidades econômicas das mulheres;
- 8) A DFC deve apoiar projetos em países que adotam medidas de proteção aos direitos trabalhistas, ao meio ambiente e que não compactue com o trabalho infantil.

Referência: *Congressional Research Service* (2020)

No relatório de 2019 intitulado, “*Strategic Directions for the United States International Development Finance Corporation*” (DFC) do *Center for Strategic and International Studies* (CSIS), os autores Bandura, Murphy e Runde (2019) ressaltam que o DFC não foi projetado para ser simplesmente uma instituição financeira de desenvolvimento, mas é uma importante ferramenta da política externa dos EUA

como resposta a atuação chinesa nos países em desenvolvimento. De acordo com o relatório em 2006 os Estados Unidos foram o principal parceiro comercial de 130 países, quase 10 anos depois, este número caiu para 76, enquanto a China se tornou o principal parceiro comercial de 124 países. Em 2016, as exportações dos EUA para a África Subsaariana atingiram uma baixa em 10 anos, representando agora apenas 0,9% do total das exportações dos EUA, já o comércio desta região com os chineses aumentou entre 2012 e 2017, ressalta o relatório (Bandura, Murphy; Runde, 2019).

Nesse sentido, o envolvimento da China na América Latina, mas também na África e na Ásia, no século XXI, apresenta-se como uma nova opção para os estados do “Sul”, em contraposição aos países do Norte Global, mudando o quadro geral da cooperação internacional ao desenvolvimento (Vadell, 2011). Para Bandura, Murphy e Runde (2019), o DFC pode oferecer benefícios diplomáticos e políticos aos Estados Unidos, ao ampliar seus investimentos em economias em desenvolvimento.

Em entrevista, sobre as vantagens do DFC, para a revista *Exame* a consultora do banco Kristie Pellecchia afirmou que “o cenário internacional contemporâneo necessita de bancos que apoiem investimentos liderados pelo setor privado que valorizem o mercado e seus princípios, não pelo setor estatal, como é o caso dos financiamentos e programas chineses” (Exame, 2020). Para Pellecchia, “isso é mais benéfico para o país anfitrião, pois países que seguiram o modelo chinês em alguns casos acabaram por concordar com termos, como por exemplo, transferência dos direitos de propriedade da terra” (Exame, 2020). De fato, de acordo com Gallagher, Irwin e Koleski (2013) os bancos chineses não impõem condições de política interna aos governos

que tomam empréstimos, mas exigem compras de equipamentos e muitas vezes acordos sobre venda de petróleo. Desse modo, enquanto os empréstimos chineses concentram-se na infraestrutura e na indústria pesada envolvendo projetos governamentais, nota-se que o DFC abrange uma gama de finalidades ligadas à rede privada, incentivando as elites financeiras locais. Sendo uma instituição, usada como um instrumento para o aumento da influência econômica de capitais privados norte-americanos nos países que recebem tais investimentos.

Os investimentos da DFC na América Latina

Desde a sua efetiva operacionalização em 2020, o DFC vem atuando de forma assertiva em investimentos e empréstimos em várias regiões do globo, “o DFC tinha uma exposição total combinada de US \$ 29,9 bilhões e manteve reservas corporativas de US \$ 6,2 bilhões em títulos do Tesouro” (DFC, 2020, tradução nossa). O DFC alcançou esses resultados financeiros ao adicionar novos compromissos de US \$ 4,8 bilhões em financiamento para o desenvolvimento, com destaque para a região latino-americana, que obteve 28% total dos investimentos (DFC, 2020). Conforme apontado pelo relatório, em seu primeiro ano de funcionamento, o DFC focou seus projetos na América Latina em pequenas empresas, no setor bancário e no empreendedorismo de mulheres:

O DFC apoiou empréstimos para micro, pequenas e médias empresas da Eurásia (MPMEs) no Equador que pertencem ou apoiam mulheres, um empréstimo de US \$ 100 milhões ao Banco *Pichincha* busca expandir sua carteira de empréstimos. Espera-se que o projeto alcance 53.000 mulheres empresárias em várias regiões em cinco anos e ajude a resolver

uma lacuna de crédito para as MPMEs pertencentes ou lideradas por mulheres. (DFC, 2020, p.8, tradução nossa⁵)

Além dos incentivos no Equador, o novo banco de desenvolvimento dos EUA, investiu igualmente em pequenas empresas no México, aprovando um empréstimo de até 100 milhões de dólares ao Banco *Crédito Real* para as pequenas e médias empresas. Também foi adicionado um capital de 250 milhões de dólares ao Banco *Davivienda* para pequenas empresas de baixo rendimento na Colômbia; já na Costa Rica foi realizado igualmente um empréstimo de 150 milhões de dólares ao Banco *San José* para expandir seus empréstimos aos devedores mais carentes, pelo menos metade deste capital foi direcionado às mulheres e 30% às pequenas empresas (DFC, 2020). No Brasil, o DFC analisou o financiamento de 15 projetos⁶, num contexto em que a política externa brasileira no governo Jair Bolsonaro tem por objetivo explícito promover a aproximação econômica e o alinhamento político aos Estados Unidos. Um empréstimo de 400 milhões de dólares foi disponibilizado ao Banco Itaú para apoiar a concessão de empréstimos às pequenas e médias empresas, como também no auxílio aos impactos negativos da COVID-19 no país.

Conforme mencionado, estes projetos desta instituição financeira na América Latina, estão

5 DFC supports lending to micro, small, and medium Eurasia interpreses (MSMEs) in Ecuador that are owned by, led by, or support women through a finance agreement for a \$100 million loan to Banco Pichincha. The project is expected to reach 53,000 female Multiple Regions entrepreneurs in its first five years and will help address a significant credit gap for MSMEs owned or led by women (DFC, 2020).

6 Ver em: “Banco estatal dos EUA com prioridades geopolíticas analisa 15 projetos no Brasil”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/05/banco-estatal-dos-eua-com-prioridades-geopoliticas-analisa-15-projetos-no-brasil.shtm>.

inseridos na estratégia estadunidense nomeada “América Cresce”. Essa iniciativa é uma plataforma centrada na construção de um ambiente que permita investimentos do setor privado em infraestruturas transparentes, competitivas, e alinhadas com as melhores práticas internacionais (Embaixada Dos EUA, 2019). O “América Cresce” cada vez mais vem expandindo suas projeções, utilizando o DFC como uma ferramenta importante na promoção deste programa.

Segundo o DFC,

O América Cresce, promove a segurança regional com nossos vizinhos próximos e principais parceiros na América Latina e no Caribe. Esta região é responsável por quase um quarto do portfólio global do DFC e é o local de investimentos do DFC em infraestrutura, energia, agricultura e serviços financeiros. O América Cresce, auxilia o DFC na expansão de projetos. (DFC, 2020, p.6, tradução nossa⁷).

No cerne do “América Cresce”, os investimentos do DFC têm auxiliado grandes projetos de infraestrutura. Em 2020, o então presidente do DFC Adam Bohler juntamente com sua delegação visitou a República Dominicana, Suriname, Guiana, Jamaica e Haiti para firmar os acordos de investimentos nesses países que incluem mais de US\$ 489 milhões investidos em projetos que vão desde empréstimos a pequenas empresas, geração de energia, agricultura, telecomunicações (Us. Embassy In The Dominican Republic, 2020). Além disso, também foram alocados finan-

7 Promotes regional security with our close neighbors and key partners in Latin America and the Caribbean. This region accounts for almost one quarter of DFC’s global portfolio and is the site of DFC investments in critical infrastructure, energy, agriculture, and financial services. The América Crece initiative is an innovative, whole-of-government approach to designing achievable energy and infrastructure growth programs that address the most pressing investment barriers in each market.

ciamentos de até US\$ 20 milhões no México para apoiar empresas de médio porte no país; US\$ 200 milhões para a instituição financeira *Bayport* expandir seus empréstimos para funcionários públicos e pensionistas na Colômbia; e um empréstimo de US\$ 92 milhões ao *Banco Guayaquil* para investir em pequenas e médias empresas no Equador (U.S Embassy In Guatemala, 2020).

Nesse mesmo movimento, o atual presidente dos EUA John Biden salientou em sua campanha⁸ que os EUA perderam influência na região em comparação à China por falta de aporte financeiro e de estímulo ao desenvolvimento econômico, assim, Biden reafirmou as práticas de incentivos a programas como o DFC, a fim de conter a expansão chinesa na América Latina. Em seu governo, durante o ano de 2021, o DFC investiu US \$ 6,7 bilhões em áreas relacionadas à pandemia COVID-19, em projetos direcionados a mulheres de países de baixa renda e em trabalhos sobre a crise climática. Ademais, “o DFC se comprometeu a atingir 0% das emissões líquidas em seu portfólio até 2040 e focar um terço de todos os seus novos investimentos na mitigação, adaptação e resiliência do clima até 2023” (DFC, 2021).

O DFC também fez investimentos inovadores relacionados ao clima, incluindo o apoio à iluminação com eficiência energética no Brasil e apoiando silvicultura sustentável na Colômbia. Muitos projetos também se concentraram em comunidades carentes, como refugiados, populações rurais e indígenas (DFC, 2021). Para o ano de 2021 foram aprovados um aporte de US\$ 984 milhões

em investimentos e projetos brasileiros. A maior parte dos recursos será utilizada pelos bancos Itaú e BTG Pactual para empréstimos a pequenas e médias empresas atingidas pela pandemia da COVID-19 (Época, 2021).

Ainda em 2021, o DFC disponibilizou ao governo equatoriano 3,5 bilhões de dólares para ajudar o Equador a pagar sua dívida com a China. O empréstimo do DFC, assinado pelo presidente Lenin Moreno, foca no desenvolvimento de projetos na indústria extrativa, e está condicionado à exclusão da tecnologia chinesa do setor de telecomunicações em solo equatoriano. Segundo o presidente do DFC Adam Boehler “este acordo permite que o banco direcione seu apoio a projetos que refinanciam a dívida chinesa, e ajudam o país a melhorar o valor de seus ativos estratégicos” (O Globo 2021). Nas palavras da diretora da “Iniciativa de Investimento Sustentável China-América Latina” Paulina Garzón, “o empréstimo tem claramente a intenção de atacar o relacionamento do Equador com a China” (O Globo, 2021).

Nesse sentido, esse empréstimo pode ser considerado uma das estratégias mais assertivas do novo banco até o momento, expondo diretamente a postura de confronto estadunidense. Sendo assim, ao impor condicionalidades para os países latino-americanos e ao entravar suas relações com a China torna-se evidente a contraposição de modelos de investimentos que moldarão a trajetória da ordem mundial nos próximos anos. Até o momento, 72 projetos foram aprovados na região latino-americana, sendo majoritariamente vinculados a bancos privados dos países receptores, como apontado no gráfico abaixo:

⁸ John Biden foi eleito presidente dos EUA em 7 de novembro de 2020.

Gráfico 1- Investimentos do DFC na América Latina (2020-2021)



Fonte: Elaborado pelos próprios autores, baseado em DFC (2022)

Para além de seus investimentos próprios, o DFC também tem atuado de maneira conjunta com outras instituições financeiras dos Estados Unidos, como é o caso da USAID. Os investimentos em cooperação com a USAID que serão realizados entre 2020-2025, concentram-se principalmente em países da América Central como Guatemala, Honduras e El Salvador, onde serão destinados US\$ 5,8 bilhões. México e Colômbia tem recebido igualmente financiamentos de ambas as instituições. No caso Mexicano, serão destinados US\$ 4,8 bilhões, para o programa “*Sembrando Vida*” o qual visa desenvolver sistemas de produção agroflorestal em áreas rurais mexicanas. Enquanto na Colômbia, o DFC tem auxiliado a USAID em programas de fortalecimento de setores privados do país, principalmente ligados à área rural e meio ambiente (USAID Mexico, 2020).

Em síntese, essas iniciativas por parte do governo estadunidense, apesar de contarem majoritariamente com capitais privados, vêm demonstrando a articulação política entre as elites políticas e econômicas dos EUA para aumentar os fluxos de investimento na América Latina e no Caribe. Apesar do discurso nos documen-

tos do DFC sobre a importância da cooperação para o desenvolvimento latino-americano, essas ações demonstram a preocupação dos Estados Unidos com um possível aumento da intervenção política e até militar da China na sua zona de “influência histórica”. Ao analisar o estabelecimento e o modo de operacionalização desse novo banco, é interessante notar como essa recente contraofensiva econômica estadunidense é pautada pelo “controle da região” que utiliza de uma robusta mobilização de recursos para favorecer a ação de seu capital privado no exterior. Assim, facilitando a consolidação de uma sociedade de mercado nos países beneficiários ao focar e interagir com o capital financeiro privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os dados discutidos, compreende-se que, apesar de sua pouco tempo de existência, o DFC tem sido um elemento significativo na renovação das relações hegemônicas entre EUA e América Latina, que tem se mantido sobre as mesmas bases daquelas verificadas desde o final da Guerra Fria, porém observa-se que há mudanças no seu *modus operandi* - ou seja, a criação do DFC mostra que a atual hegemonia norte-americana na região tem sido sustentada pela proeminência do capital privado nas economias latino-americanas, dado que a maior parte dos investimentos foram destinados a instituições financeiras. A partir da análise deste artigo, estas relações hegemônicas têm se dado em dois sentidos principais: em primeiro lugar, ao reforçar a presença de capitais privados transnacionais nos países da região, seja por meio de empréstimos financeiros, seja por estímulos a investimentos diretos. Em segundo lugar, a corporação também tem contribuído para estimular o processo de financeirização das economias latino-americanas,

por meio do aumento do fluxo de capitais para bancos e demais instituições financeiras existentes na região. Portanto, apesar da continuação das bases neoliberais das relações hegemônicas desenvolvidas desde o final da Guerra Fria, esta tem se mantido em uma linha diferente daquela vista nas décadas de 1990 e 2000 - mais voltadas para a criação de instrumentos do livre comércio entre a economia estadunidense e as da América Latina -, ligada à crescente influência do setor financeiro e rentista da classe capitalista transnacional e a uma maior ênfase em investimentos privados na região.

Como abordado, a ideia do DFC é tornar os Estados Unidos um líder mais forte e competitivo no que tange ao desenvolvimento global, fornecendo alternativas sólidas para iniciativas privadas. Devido a sua recente operacionalização, para além das possíveis comodidades, é fundamental cada vez mais investigar a atuação do DFC no sistema capitalista global, apontar suas facetas contraditórias, como e em que medida reforça práticas da associação entre política (governo) e mercado, tanto na exploração de terras; nos impactos ambientais e sociais; e enriquecimento dos capitais privados de grandes empresas ligadas ao campo da infraestrutura e da telecomunicação. Destarte, compreender o DFC e o que ela significa para a dinâmica do sistema capitalista é um dos elementos principais para o entendimento das mudanças recentes no sistema internacional.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. **O longo século XX : dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo. Editora Unesp, 2006.
- BANDURA, Romina; MURPHY, Owen; RUNDE, Daniel. "Strategic Directions for the United States International Development Finance Corporation (DFC)". **Center for Strategic and International Studies (CSIS)**, Washington, 2019. Disponível em: <https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/190923_RundeBanduraMurphy_USDFC_WEB.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- BIEGON, Rubrick. **US Power in Latin America: renewing hegemony**. New York: Routledge, 2017.
- CHODOR, Tom. **Neoliberal hegemony and the Pink Tide in Latin America: breaking up with TINA?** Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan, 2015.
- CONGRESS RESERACH SERVICE. **U.S. International Development Finance Corporation (DFC)**. Congress research service, Washington, 20 de Fev. 2020. Disponível em: <https://www.everycrsreport.com/files/2020-02-20_IF11436_b0a28232ce318b93552aba5b598b0acee8b2991f.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- COX, Robert W. Gramsci, hegemony and International Relations: an essay in method. **Millennium: Journal of International Studies**, n.l., v. 12, n. 2, p.162-175, 1983.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE GRAAFF, Naná; VAN APELDOORN, Bastiaan. US-China relations and the liberal world order: contending elites, colliding visions? **International Affairs**, v. 94, n. 1, p. 113-131, 2018.
- DEVELOPMENT FINANCE CORPORATION (2020). Disponível em: <<https://www.dfc.gov/who-we-are>>. Acesso em: 15 dez. 2021.
- EMBAIXADA DOS EUA (2019). **América Cresce. Disponível em:** <<https://br.usembassy.gov/pt/america-cresce/>>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- ÉPOCA NEGÓCIOS. **Banco de Desenvolvimento dos EUA anuncia US\$ 984 mi em investimentos no Brasil**. Época Negócios, São Paulo, 10 out. 2020. Globo, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2020/10/epoca-negocios-banco-de-desenvolvimento-dos-eua-anuncia-us-984-mi-em-investimentos-no-brasil.html>>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- EXAME. **"Queremos Investir no Brasil"**. Revista Exame, São Paulo, 16 jan. 2020. Disponível em: <<https://exame.com/revista-exame/queremos-investir-no-brasil/>>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- GALLAGHER, Kevin; IRWIN, Amos; KOLESKI, Katherine. Os Novos Bancos em Cena: Financiamentos chineses na América Latina. **Diálogo Interamericano**, 2013. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/wpcontent/uploads/2013/05/IAD9184_China_Portuguese_web.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- GILL, Stephen. Hegemony, Consensus and Trilateralism. **Review Of International Studies**, n.l., v. 12, n. 1, p.205-221, 1986.
- KOLESKI, K.; BLIVAS, A. **China's Engagement with Latin America and the Caribbean**. Washington, D.C.: U.S.-China Economic and Security Review Commission, 2018.
- LEÓN-MANRÍQUEZ, J.; ALVAREZ, L. F. Mao's steps in Monroe's backyard: towards a United States-China hegemonic struggle in Latin America? **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 57, p. 9-27, 2014.
- O GLOBO. **Tensões entre Estados Unidos e China impactam eleição no Equador**, O Globo, Rio de Janeiro, 7 fev. 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/tensoes-entre-estados-unidos-china-impactam-eleicao-no-equador-24871834>>. Acesso em: 15 dez 2021.

ROBINSON, William I. **Promoting polyarchy: globalization, US intervention, and hegemony**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ROBINSON, W. I. Gramsci and Globalisation: From Nation-State to Transnational Hegemony. **Critical Review of International Social and Political Philosophy**, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 559–574, 2005.

US INTERNATIONAL DEVELOPMENT FINANCIAL CORPORATION (2021). **DFC Surpasses \$6.7 Billion in Commitments in 2021 During Record Fiscal Year**. Disponível em: <<https://www.dfc.gov/media/press-releases/dfc-surpasses-67-billion-commitments-2021-during-record-fiscal-year>>. Acesso em: 5 jan. 2022.

USAID. **Country development cooperation strategies (CDCS): Mexico (2020-2025)**, 2020. Disponível em: <<https://www.usaid.gov/results-and-data/planning/country-strategies-cdcs>>. Acesso em : 10 mai. 2022.

US EMBASSY IN DOMICAN REPUBLIC. **U.S. Delegation Advances Economic Growth, Private Sector Investment in the Dominican Republic, Suriname, Guyana, Jamaica and Haiti**. US Embassy in Dominican Republic, 16 out. 2020. Disponível em: <<https://do.usembassy.gov/u-s-delegation-advances-economic-growth-private-sector-investment-in-the-dominican-republic-suriname-guyana-jamaica-and-haiti/>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

US EMBASSY IN GUATEMALA. **DFC Approves \$1 Billion of Investments in Global Development**, US Embassy in Guatemala, 4 jun. 2020. Disponível em : <<https://gt.usembassy.gov/dfc-approves-1-billion-of-investments-in-global-development/>>. Acesso em: 1 mai. 2022.

VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. suppl 1, 2011, p. 57–79.

WINTGENS, Sophie. China's footprint in Latin America: Recent developments and challenges ahead. [s.l.]: **European Union Institution for Security Studies**, 2022.